

Municípios podem liderar avanços do Estado e valorização dos servidores

Artur Marques*

Este ano, com o início dos novos mandatos de prefeitos e das legislaturas das câmaras de vereadores em todos os municípios brasileiros, é essencial enfatizar os desafios e oportunidades que marcam a administração pública. As demandas prioritárias, que foram temas recorrentes das campanhas eleitorais em 2024, incluem a melhoria da educação básica, com iniciativas que promovam igualdade de oportunidades para crianças e jovens, e o fortalecimento do sistema de saúde, assegurando que seja acessível, eficiente e resiliente. Como os municípios têm responsabilidades diretas nessas áreas, suas gestões precisam ser proativas, assertivas e inovadoras nesses dois campos.

Outra questão urgente, sob a alçada mais específica dos estados e da União, é a segurança. Políticas que protejam os cidadãos, combatam a violência, desbanquem o crime organizado e garantam os direitos fundamentais são imprescindíveis. Além disso, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável exigem esforços integrados entre todas as esferas de governo, incluindo as prefeituras, que desempenham papel fundamental na execução de projetos locais.

No entanto, o êxito de qualquer política pública está intrinsecamente ligado à valorização dos servidores. Não há governança eficiente sem profissionais capacitados e motivados. Os funcionários, especialmente os estatutários, são a espinha dorsal da administração estatal, garantindo a implementação de ações e o atendimento à população de maneira imparcial e técnica. Seu justo reconhecimento pelos brasileiros é uma necessidade estratégica para que o País alcance seus objetivos de desenvolvimento social e econômico.

Os servidores estatutários, contratados por meio de concursos públicos que premiam mérito e competência, asseguram que o Estado funcione de maneira institucional e democrática, independentemente de qual partido esteja no poder. São eles que viabilizam as prioridades em educação, saúde, segurança, previdência social e outros serviços essenciais ao bem-estar da população.

Nesse contexto, a estabilidade dos funcionários estatutários revela-se como um pilar de defesa da própria sociedade. Impede que, em momentos de transição política, os quadros técnicos sejam substituídos por critérios partidários, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Imagi-

nem o caos administrativo que seria se, nos 5.568 municípios brasileiros, servidores capacitados pudessem ser demitidos e substituídos por indicações políticas a cada troca de governo, como ocorre este ano nas cidades. A estabilidade, portanto, protege o interesse público e assegura que o Estado continue operando em benefício da população, mesmo diante de mudanças políticas e ideológicas. É fundamental que em 2025, a partir dos novos mandatos nas prefeituras e câmaras de vereadores, consolide-se uma cultura de maior eficiência estatal, promovendo-se serviços mais ágeis, modernos e eficazes. Tal avanço passa, necessariamente, pela valorização dos servidores públicos e o reconhecimento do caráter essencial de sua contribuição ao desenvolvimento de um país funcional e justo. Os municípios, como esfera de governo mais próxima do cidadão, têm a responsabilidade e a oportunidade de liderar pelo exemplo, mostrando que o investimento em profissionalismo, planejamento e inovação pode transformar a realidade das cidades e inspirar mudanças em todo o Brasil.

*Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP).



MATÃO

Minha Casa, Minha Vida

O ministro das Cidades, Jader Filho, fez uma visita técnica nas obras do residencial Vila Florida 5, em Matão, nessa segunda-feira (17). O residencial faz parte do programa Minha Casa, Minha Vida. São 90 casas que estão com as obras avançadas. O investimento do Governo Federal no empreendimento é de R\$ 12,8 milhões. Ao final da visita o ministro concedeu entrevista coletiva.

BOA ESPERANÇA

Vaga de emprego

A Prefeitura de Boa Esperança do Sul informa que a empresa PremieRpet realizará mais uma seleção na cidade para oportunidades de emprego em sua fábrica. O processo seletivo acontecerá nesta quinta-feira (20), das 8h às 12h, no fundo do posto do PA na rua Margarida Corrêa Veneziano, 720.

Vagas disponíveis:

Ajudante de Serviços Gerais - jardineiro
Operador de equipamentos Florestais
Operador Harvester
Auxiliar de Produção
Auxiliar de Expedição
Ajudante de Serviços Gerais - pedreiro
Confira a descrição completa no link: <https://premierpet.gupy.io/jobs/5246675>
#PrefeituraDeBoaEsperancaDoSul #Emprego #Trabalho #PremieRpet #Vagas



Reforma Tributária: maior equidade fiscal e a desoneração de produtos essenciais

Mayara Mariano*

Recentemente, foi sancionada a Lei Complementar (LC) 214/25, que estabelece novas diretrizes para as alíquotas e isenções relacionadas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), conforme proposto na Reforma Tributária brasileira. Essas medidas foram implementadas com o objetivo de desonerar produtos essenciais e reduzir desigualdades, promovendo um sistema tributário mais justo.

A Reforma Tributária representa um grande esforço para simplificar o complexo e ineficiente sistema tributário brasileiro, buscando maior eficiência e justiça fiscal. Entre as principais alterações introduzidas pela reforma, vale destacar os benefícios concedidos, especialmente em relação às alíquotas do IBS e CBS aplicáveis a itens essenciais, produtos in natura e aos chamados "nanoempreendedores".

De acordo com a LC 214/25, haverá devolução total (100%) do IBS e CBS em relação aos serviços essenciais, como fornecimento de gás de cozinha em botijões de 13 kg ou por rede canalizada, contas de energia elétrica, água e telecomunicações. Nos demais casos, a devolução será de 20%, exceto para produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. Além disso, os entes federativos poderão adotar percentuais maiores, considerando a renda familiar, em

prol da justiça fiscal.

A nova legislação também eleva a tributação de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros e determinados pesticidas.

Os bens da cesta básica, como arroz, feijão, leite e carnes, passarão a ter alíquota zero para o IBS e CBS. A lista foi ampliada para incluir itens como fórmulas infantis, pão francês, grãos de aveia e milho, farinhas, queijos diversos e mate. Essas medidas visam garantir acesso a uma alimentação de qualidade, beneficiando especialmente a população mais vulnerável.

Produtos agropecuários, pescados e extrativistas não processados terão redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Para produtos que passam por simples processos de beneficiamento, como resfriamento e congelamento, a redução será mantida, beneficiando as cadeias agrícolas e pesqueiras.

Setores como educação (do ensino infantil ao médio), itens de higiene pessoal e serviços de saúde também terão alíquotas reduzidas em 60%.

Ovos, frutas frescas e frutas congeladas sem adição de açúcar ou adoçantes serão totalmente isentos de IBS e CBS. Hortaliças, como alcachofras e aspargos, terão redução de 60%, enquanto itens como mel, óleos vegetais e sucos naturais serão parcialmente desonerados. Insumos agropecuários, vacinas veterinárias e fertilizantes registrados no Ministério da

Agricultura também contarão com benefícios fiscais semelhantes.

A reforma cria a categoria de "nanoempreendedor", isentando do pagamento de IBS e CBS aqueles com faturamento anual de até R\$ 40.500. Essa medida busca fomentar a formalização e o crescimento de pequenos negócios, promovendo maior inclusão econômica.

Além disso, para profissionais liberais, a lei prevê uma redução de 30% na alíquota do IVA para 18 profissões, incluindo engenheiros, médicos, advogados e veterinários. A alíquota padrão do IVA foi fixada em 26,5%, com possibilidade de readequações futuras caso o governo identifique necessidade. Na área da saúde, medicamentos registrados na Anvisa terão descontos de 60%, e alguns insumos também serão contemplados. Empresas poderão utilizar os custos com planos de saúde dos funcionários como crédito tributário.

A reforma tributária promete simplificação e maior equidade fiscal ao priorizar bens essenciais e setores estratégicos. No entanto, sua implementação dependerá de fiscalização rigorosa e monitoramento contínuo dos impactos econômicos e sociais.

*Mayara Mariano é advogada especialista em Direito Tributário e Empresarial e sócia do escritório Mariano Santana Sociedade de Advogados

Imparcial Araraquara DESTAQUE NAS REDES SOCIAIS JornalOImparcialAraraquara

Falta de médicos deixa UPAs lotadas nesta sexta-feira (14)
- Publicada em 15-02-2025.



EXPEDIENTE

Diretora responsável:
Daniela Simões Corrêa da Silva Fernandes

Representante:
Sucursal em São Paulo

Endereço:
Av. Antonio Giuseppe Pizzolitto, 64
Uirapuru 2 • Araraquara SP

Jornalista responsável:
José Augusto Chrispim
Reg. Prof. MTB 0066795/SP

Praça Dom Jose Gaspar,
76 cjs. 65/66 - Centro
São Paulo-SP 01047-010 |

Visite nosso site:
jornalimparcial.com.br

Diagramação:
Lucas Henrique Fernandes

Fone: (11) 3259-6051
comercial@comerciaisao paulo.com.br

Assinaturas e anúncios:
(16) 99794-3973



JornalImparcial.com.br